

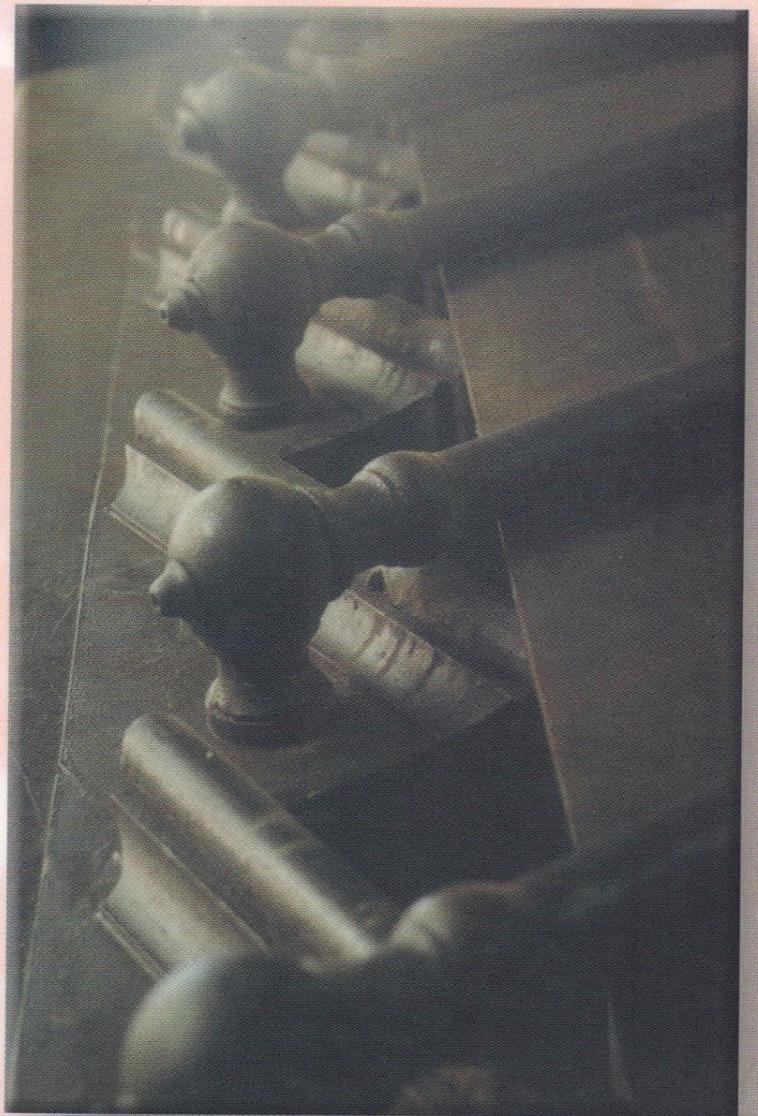
PSICOLOGIA E PESQUISA FENOMENOLÓGICA

REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

Maria Alves de Toledo Bruns

Adriano Furtado Holanda

(Organizadores)



Centro de
Estudos
Avançados

de
Fenomenologia



Autores: Maria Alves de Toledo Bruns, Adriano Furtado Holanda
Mauro Martins Amatzuzi, Josemar de Campos Maciel, Ellika
Trindade, Vera Lucia Pereira Alves, Christian Haag Kristensen,
Renato Zamora Flores e William Barbosa Gomes

Editor: José Carlos da Silva Fernandes

Capa: José Carlos da Silva Fernandes

Revisão: Marly Rubio Lotti

Composição e Diagramação: Multi Training

Fone: (11) 3361-6211

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Psicologia e pesquisa fenomenológica : reflexões e perspectivas / Maria Alves de Toledo Bruns, Adriano Furtado Holanda (organizadores). — São Paulo : Ômega Editora, 2001.

vários autores.

Bibliografia.

1. Psicologia 2. Psicologia fenomenologia I. Bruns, Maria Alves de Toledo II. Holanda, Adriano Furtado.

01-1259

CDD-150.192

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia e fenomenologia 150.192

Ômega Editora e Distribuidora Ltda.

Rua Marquês de Itu, 306 – Conjunto 56

CEP: 01223-000 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3361-9756 / Fax.: (11) 3361-5741

e-mail: omegaeditora@uol.com.br

Índice

Introdução

1. **Pesquisa Fenomenológica em Psicologia 15**
(Mauro Martins AmatuZZi)
2. **Franz Clemens Brentano e a Psicologia 23**
(Josemar de Campos Maciel)
3. **Pesquisa Fenomenológica e Psicologia Eidética:
Elementos para um Entendimento Metodológico 35**
(Adriano Furtado Holanda)
4. **A Redução Fenomenológica em Husserl e a
possibilidade de superar impasses entre a
subjetividade e a objetividade 57**
(Maria Alves de Toledo Bruns)
5. **Metodologia Fenomenológica: A contribuição da
ontologia-hermenêutica de Martin Heidegger 67**
(Maria Alves de Toledo Bruns & Ellika Trindade)
6. **Psicoterapia Conjugal: Pesquisa Fenomenológica 83**
(Vera Lucia Pereira Alves)
7. **Revelar ou Não Revelar: Uma abordagem
fenomenológica do abuso sexual com crianças 111**
(Christian Haag Kristensen; Renato Zamora Flores &
William Barbosa Gomes)

BRUNS, M. T. *Não Era bem isto o que eu esperava da universidade: um estudo de escolhas profissionais*. Campinas, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação UNICAMPI, 1992.

STEIN, E. *A questão do método na filosofia: Um estudo do modelo heideggeriano*. São Paulo, Duas Cidades, 1973.

TRINDADE E & BRUNS M. T. *Adolescentes e Paternidade: um estudo fenomenológico*. Ribeirão Preto — SP, Hollos Editora, 1999.

VALLE, E. R. M. *Ser-no-mundo-com-o-filho-portador de câncer: Hermenêutica de discursos de pais*. São Paulo SP, 1988. 123 p. Tese (doutorado) — Instituto de Psicologia, São Paulo, USP.

PSICOTERAPIA CONJUGAL: PESQUISA FENOMENOLÓGICA

*Vera Lucia Pereira Alves*¹

Este capítulo relata uma pesquisa fenomenológica sobre o processo de psicoterapia conjugal, realizada segundo o referencial teórico da Abordagem Centrada na Pessoa² (Alves, 1997).

Esta teoria psicológica teve parte de seu desenvolvimento baseado em pesquisas de processo psicoterápico. Rogers e seus colegas gravavam em audiotape as sessões de psicoterapia que conduziam e depois as estudavam no que tangia à avaliação da postura do terapeuta, fases pelas quais passava o cliente no processo psicoterápico, entre outros temas específicos, e a cada estudo iam respondendo à pergunta central de Rogers: "O que fazemos (psicoterapeutas baseados no referencial teórico construído por ele) funciona?"

Estas pesquisas de Rogers e colaboradores seguiam um modelo de pesquisa quase-experimental que lhes fornecia uma análise quantitativa da qual extraíam aspectos qualitativos acerca do processo psicoterápico e seus diversos aspectos.

Segundo Garfield (1990), o outro referencial teórico de psicologia que também produziria este tipo de pesquisa em grande número seria a abordagem psicodinâmica, ainda que para este autor o processo psicoterápico fosse uma área difícil de ser pesquisada em razão das diferentes concepções teóricas e diferentes escolhas das variáveis do processo a serem estudadas. Há autores que escolheram enfatizar o vínculo terapêutico como, por exemplo, Henry, Strupp

¹ Doutoranda da F.E. da UNICAMP. Mestre em Psicologia Clínica pela PUCAMP. Psicóloga e Psicoterapeuta. Professora e supervisora de estágios da Universidade de Mogi das Cruzes e da Universidade Paulista — Objetivo.

² Este enfoque psicológico vem sendo reconhecido nos últimos anos (desde a década de 60) por Abordagem Centrada na Pessoa, mas também tem sido nomeado por Terapia Centrada no Cliente e até por Linha Rogeriana, devido ao nome de seu criador, Carl Ransom Rogers, psicólogo norte-americano, que desenvolveu os princípios norteadores deste enfoque desde 1935 até 1987, quando de sua morte.

& Schacht (1990) e o próprio Garfield (1990); outros optaram pelo estudo de eventos significativos como Elliott (1983); há os que estudaram as operações cognitivas envolvidas na construção e interpretação da experiência psicoterápica de clientes e terapeutas como Heppner, Hedgespeth & Rosenberg (1992) e aqueles como Friedlander (1992) que estudaram eventos de mudança.

Pudemos constatar que o acesso ao processo psicoterápico, no âmbito da pesquisa, ter-se-ia dado normalmente (com mais ênfase nos primeiros tempos deste tipo de pesquisa) por meio de gravações das sessões em audiotape. A primeira pessoa a usar este procedimento foi Earl Zinn, que gravou sessões de sua própria análise em 1929. Percival Symonds foi o primeiro a realizar gravações de sessões não analíticas em 1938, época em que Frank Robinson realizava o primeiro programa de pesquisas sobre o processo com o objetivo de que seus supervisionandos pudessem se ouvir após a realização das sessões (Hill e Corbett, 1993).

Com o decorrer da evolução deste tipo de pesquisa, outros instrumentos de acesso e avaliação foram sendo desenvolvidos de acordo com a variável do processo que se desejava estudar (Hill e Corbett, 1993).

No âmbito da psicoterapia conjugal, Johnson e Greenberg (1988) apontavam-nos que, apesar de a psicoterapia conjugal ter sido considerada como uma psicoterapia efetiva, haveria uma grande falta de pesquisas sobre este tipo de psicoterapia.

Para estes autores, as pesquisas que discorressem sobre o processo psicoterápico teriam importância crucial. Eles mostraram-nos que estudos que apontavam simplesmente taxas de medidas de respostas de cônjuges em psicoterapia apontavam limitações na compreensão do processo psicoterápico, porque assumiam que este era uniforme, isto é, estes estudos não atentavam para "diferentes processos, ocorrendo em diferentes momentos e tendo significados diferentes" (Johnson e Greenberg, 1988, p.176).

Por intermédio dos relatos de pesquisas de processo de psicoterapia familiar, pudemos obter uma percepção semelhante à que tivemos por meio dos estudos de processo psicoterápico: entre as pesquisas que se relacionavam ao estudo de variáveis não havia consenso sobre quais variáveis do processo seria importante pesquisar.

O procedimento de pesquisa quantitativa que nos parecem usualmente testar as hipóteses que os pesquisadores formulam acerca do processo psicoterápico suscitou críticas por parte de alguns estudiosos que alertavam para

a necessidade de se dar atenção às diferenças individuais entre os clientes, a fim de que evitássemos o fortalecimento do mito de que os eventos de um processo seriam similares a todos eles (Hill, 1990).

À medida que as pesquisas sobre psicoterapia foram sendo realizadas, também foram desenvolvidas novas alternativas e métodos de estudo, assim como também foram sendo percebidas as limitações intrínsecas a cada pesquisa. Como apontado por Shoham-Salomon (1990): não seria um único estudo que daria conta de todo o tema, mas sim uma sistemática de pesquisas de processo psicoterápico. Entre os "novos" formatos de pesquisa, constatamos a popularização da metodologia qualitativa que vem ocorrendo desde a década de 80 como reflexo de uma mudança de paradigma científico de ciências naturais para o paradigma de ciências humanas: o estudo do humano não pode ser realizado da mesma forma que nas ciências exatas ou biológicas.

Constatamos que o próprio Rogers (1955) manifestou um certo desconforto científico que nos pareceu corroborar para o uso desta "nova" metodologia. Ele se dizia incomodado com a distância que percebia existir entre sua objetividade rigorosa de cientista e sua subjetividade quase mística de terapeuta e tentou integrar estes dois pontos de vista que considerava opostos, declarando:

"A ciência, tanto quanto a terapia, ou qualquer outro aspecto da vida está enraizada e baseia-se na experiência subjetiva e imediata de uma pessoa. Ela surge do experienciar orgânico total, íntimo, só parcial e imperfeitamente comunicável. É uma fase do viver subjetivo" (Rogers, 1955 in Wood et al, 1994, p.151.)

Esta afirmação de Rogers pareceu-nos também refletir sua proximidade com a filosofia fenomenológica. Spiegelberg (1972), referindo-se a isto, disse-nos que o que se pode ver no trabalho de Rogers é um "paralelo espontâneo" à fenomenologia, que era considerada como uma "reabilitação da experiência subjetiva" (p.156). Esta citação corroborou para que fizéssemos uso de pesquisas qualitativas caracterizadas pelo enfoque fenomenológico, e pudemos constatar, pelo que tem sido apresentado aqui, que vem ocorrendo uma predominância do uso de pesquisas quantitativas na investigação do processo psicoterápico, seja ele individual ou do grupo familiar, assim como também constatamos uma abordagem das partes ou variáveis deste processo. Os estudos, quando não predominantemente quantitativos, compunham-se de uma associação à metodologia qualitativa (Stevenson, 1993).

Foi então em meio a este panorama de pesquisas que intencionamos realizar um estudo no qual pudéssemos adentrar o processo psicoterápico, não por vias diretas decorrentes do uso de recursos mecânicos, mas, sim, captar sua existência, seu desenvolvimento baseando-nos no significado que tal processo psicoterápico possuía para quem o vivenciava. Pretendíamos, pois, aqui, valendo-nos de uma participação ativa nestes processos de psicoterapia conjugal, descrever seus movimentos.

Entendíamos que esta seria a melhor maneira de analisarmos e descrevermos estes processos. Perguntávamo-nos acerca do que ocorreria em um processo de psicoterapia conjugal: quais seriam os movimentos presentes no decorrer do processo? quais seriam as particularidades do movimento de cada um de seus participantes? qual seria o movimento comum a seus participantes?

Intencionamos também — uma vez que estávamos utilizando um novo instrumento de acesso ao processo — discorrer sobre a viabilidade de seu uso na pesquisa da psicologia clínica.

Para tanto, fez-se necessário expressar-nos aqui sobre o conceito que tínhamos acerca do que considerávamos ser um processo psicoterápico. Para nós o termo processo psicoterápico referia-se, estruturalmente, ao conjunto de encontros entre psicoterapeuta e clientes, encontros esses estabelecidos de comum acordo entre seus participantes e nos quais o psicoterapeuta teria o objetivo primordial de prestar ajuda psicológica aos clientes. Referia-se intrinsecamente ao estabelecimento entre terapeuta e clientes de uma relação intersubjetiva possibilitadora de uma ressignificação de sentimentos, pensamentos, atitudes e ações.

A escolha de uma metodologia de pesquisa qualitativa foi decorrente de nosso desejo de nos expressarmos cientificamente da mesma forma que expressávamo-nos filosoficamente e psicologicamente acerca de nossa concepção do humano. Questionávamo-nos se acaso a subjetividade, tão valorizada na teoria e na prática clínica, não poderia ser também utilizada na pesquisa da clínica psicológica.

Por meio do levantamento bibliográfico que realizamos, encontramos apenas um artigo que ligava à terapia familiar o modelo qualitativo de pesquisa (Moon, Dillon e Sprenkle, 1990). Neste artigo, os autores não relatavam uma pesquisa realizada nestes moldes, mas sugeriam e fundamentavam a utilização da metodologia qualitativa em pesquisas de terapia familiar. Percebiam-na como uma forma de exame da experiência da terapia familiar com base na perspectiva do cliente; diferente de pesquisas típicas que, segundo eles, usavam somente a

perspectiva do terapeuta ou do pesquisador. Eles também apontavam para a importante questão da proximidade desta metodologia com o mundo clínico, uma vez que as perguntas da pesquisa qualitativa eram consideradas por eles como exploradas de forma clinicamente significativa. Um outro aspecto também discutido neste artigo e que corroborou nossa vivência nesta pesquisa foi a concepção de que:

“O delineamento de pesquisa qualitativa pode fornecer um modo sistemático e científico de ver a terapia holisticamente, em toda a sua ‘confusão intacta’.” (Moon, Dillon e Sprenkle, 1990, p.364 – grifo nosso.)

Nossas intenções conduziram-nos então a uma forma de pesquisa caracterizada como pesquisa fenomenológica, a qual consideramos diferenciada das pesquisas realizadas no âmbito das ciências naturais, como bem explicitaram Martins e Bicudo (1989):

“O alvo da investigação [fenomenológica] é chegar aos significados atribuídos pelos sujeitos à situação que está sendo pesquisada [...]. Na pesquisa conduzida, segundo a perspectiva das ciências naturais, os fatos são concebidos como sendo independentes da consciência que os sujeitos possam ter deles. Na fenomenológica os dados só existem enquanto resultados de significados atribuídos como resultado da tematização do sujeito sobre o evento” (p.94).

Neste tipo de pesquisa, a análise dos dados obtidos pode ser constituída de vários passos (nosso procedimento foi um exemplo disto).

Esses passos de análise vêm sendo sistematizados no campo científico, já há alguns anos, particularmente por Amedeo Giorgi (1985). Mas pareceu-nos que quaisquer que fossem estes passos — constituídos de acordo com o dado empírico que se tinha e com o objetivo pretendido — envolviam sempre uma postura básica do pesquisador, compreendida por Forghieri (1993) como composta de dois momentos separados que se inter-relacionavam, embora não fossem completamente separáveis:

- 1- Envolvimento Existencial: momento no qual o pesquisador colocaria de lado seus conhecimentos já adquiridos sobre a vivência a ser estudada, e se abriria a ela de modo espontâneo e experiencial.
- 2- Distanciamento Reflexivo: após o momento de envolvimento existencial, o pesquisador procuraria estabelecer um distanciamento da

vivência a fim de que pudesse refletir sobre sua compreensão e tentar então captar e descrever o significado de tal vivência.

Segundo AmatuZZi (1996b), poderíamos falar de vários tipos de pesquisa fenomenológica, entre elas a pesquisa colaborativa e o tipo de pesquisa que intencionamos utilizar neste estudo — a Psicologia Fenomenológica “Empírica” — que se constituiria numa aplicação do enfoque fenomenológico ao campo da pesquisa psicológica.

O termo empírico designaria aqui o aspecto visível da experiência vivenciada. Frequentemente, o dado empírico das Pesquisas Fenomenológicas têm se constituído de depoimentos ou relatos escritos acerca da vivência que se quer estudar. Por exemplo, Forghieri (1993) pesquisou a vivência de bem-estar e contrariedade valendo-se dos depoimentos que as pessoas lhe escreviam sobre estas experiências.

De forma análoga, o dado empírico de nosso estudo também se constituiu num relato escrito — Versões de Sentido (VSs). Obtivemos dos sujeitos da pesquisa breves relatos acerca da vivência de ter estado em uma sessão de psicoterapia de casal.

Mas, expressamo-nos em termos de analogia, em razão de o fato da Versão de Sentido se diferenciar de um depoimento ou de um relato acerca de uma vivência. Um depoimento sobre uma experiência vivenciada poderia ser obtido em qualquer momento, isto é, até muito tempo depois de a pessoa ter passado pela experiência. Já a VS seria um relato feito acerca de uma experiência que estava chegando ao seu final, e de cujo clima, sentido e mobilização seu autor ainda estava impregnado.

Expressamo-nos, então, de forma a demonstrar que nosso dado, constituído pelo relato escrito das VSs, possibilitou-nos obter, por meio da resposta à questão proposta, qual havia sido para a pessoa o sentido daquela sessão. Essa resposta seria então uma reação da pessoa àquilo que havia vivenciado e não um relato objetivo do que havia ocorrido. A VS não era um instrumento de lembrança sobre a sessão, mas, sim, um meio de dizer aquilo que ainda ocorria com a pessoa referente a esta sessão.

Ao termos recorrido à compreensão literal das palavras Versão e Sentido, encontramos como sinônimo de *Versão* = “Explicação, interpretação. Cada uma das várias interpretações do mesmo ponto”, e como sinônimo de *Sentido* = “Lado, aspecto, face. Razão de ser, cabimento, lógica.” (Ferreira, 1994/1995), que corroboravam para a mesma compreensão de que fez uso AmatuZZi (1996a),

para explicar-nos que do sentido de uma sessão de psicoterapia só se poderia ter uma “*versão*”. Mas, versão aqui não seria compreendida como fatural, isto é, fornecimento de uma parte da história. Como era versão de um sentido, era a expressão de um sentido que conteria vários possíveis desdobramentos. Aquilo que uma pessoa nos dizia ter sido para si o sentido da sessão era aquilo que fazia sentido ela apontar como o sentido da sessão, mesmo que este pudesse ser desdobrado depois.

Poderíamos dizer que, nesta versão, no ângulo escolhido pela pessoa na sua demonstração, continham-se todos os sentidos para ela daquela sessão.

Entendíamos que o sentido expresso em uma VS estaria simbolizando o sentido de toda a sessão vivenciada pela pessoa, e estaria também, segundo a concepção de AmatuZZi sobre símbolo (1996c, p.11):

- 1- associado ao significado resultante de toda a sessão,
- 2- reunindo passado (experiências anteriores à sessão, narradas ou revividas na sessão), presente (o que foi conversado e/ou vivenciado na sessão) e futuro (desejos e projetos suscitados pela sessão),
- 3- simbolizando um todo complexo, que poderia ser expresso também de várias outras formas,
- 4- podendo vir a criar outros símbolos,
- 5- permitindo uma presentificação de algo, que poderia então mobilizar energias de mudança, seja confirmando um movimento na hora em que a pessoa escrevia a VS ou posteriormente, com o retomar da VS em um diálogo, e
- 6- simbolizando algo naquele momento e talvez por mais tempo, mas podendo não mais simbolizá-lo depois.

A Versão de Sentido teve seu nascimento (AmatuZZi et al, 1991) em um grupo de psicólogos que, ao estudar seus atendimentos, depararam-se com o fato de que os relatórios de sessão não mais lhes faziam sentido como forma de estudo e que, ao se questionarem sobre o que então lhes faria sentido escrever, concluíram que seria aquilo que lhes viesse à mente logo após a saída do cliente, como algo expressivo da experiência imediata. E descobriram em suas experiências que o sentido que assim registravam era então aquilo que também fazia sentido ser registrado. O sentido vivo da sessão era aquele que ainda fazia sentido quando de sua escrita (ou fala).

A VS se constituiria, então, num relato livre e espontâneo, expressivo da experiência imediata vivenciada, escrito ou falado pelo indivíduo, da forma

As VSs expressas em forma de itens, em forma de provérbios, citações etc.

As VSs aqui relatadas foram provenientes de uma pergunta disparadora para sua reflexão e escrita. Perguntávamos aos casais e também nos perguntávamos a nós próprios (psicoterapeuta), ao final da sessão, qual havia sido o sentido daquele encontro/sessão.

Participantes da Pesquisa

Participaram deste estudo quatro casais, apresentados aqui com nomes fictícios: Pedro e Lurdes, Cláudio e Maria, João e Doroti, e Romeu e Antônia — que procuraram ou foram encaminhados para psicoterapia de casal.

Pedro e Lurdes tinham idades próximas, ela 28 anos e ele 30 anos. Eram de classe sócio-econômica média baixa, ele segurança, ela do lar. Os dois tinham o primeiro grau incompleto, sendo que Pedro cursava na ocasião o supletivo.

Quanto ao segundo casal, Cláudio estava com cerca de 40 anos e Maria com a idade de 35 anos. Ele tinha nível universitário incompleto e ela havia completado a universidade. Eram ambos de classe média, tendo ela um ganho salarial maior do que o dele. Os dois trabalhavam em grandes empresas, com funções administrativas.

Entre João e Doroti havia uma grande diferença de idade: ele com mais de 40 anos e Doroti com cerca de 30. João tinha primeiro grau incompleto e Doroti havia iniciado curso universitário, mas não o havia concluído. Eram provenientes de classe sócio-econômica diferentes, ele de classe baixa e ela de classe média. Ele era aposentado por invalidez, e ela era do lar.

Romeu e Antônia estavam ambos com cerca de trinta anos de idade, eram de classe média e não concluíram o primeiro grau. Ele era autônomo e Antônia não trabalhava fora de casa.

A instituição onde se realizou a pesquisa com três dos quatro casais foi a Clínica de Psicologia do Instituto de Psicologia da PUCCAMP, que oferecia serviços psicológicos à população, uma vez que além de clínica-escola era conveniada ao SUS (Sistema Único de Saúde). A população era atendida nesta clínica pelos estudantes de 4^o e 5^o anos do curso de Psicologia, bem como pelos alunos do curso de Especialização e, eventualmente, por alunos da pós-graduação.

Os casais que nos foram encaminhados nesta clínica para a psicoterapia de casal haviam procurado o serviço para atendimento de seus filhos. As crianças foram primeiramente avaliadas em psicodiagnóstico, realizado pelos estudantes de Psicologia que compunham o serviço da Clínica e, em seguida, encaminhadas: as crianças para psicoterapia infantil e seus pais para psicoterapia de casal.

A alternativa desta psicoterapia de casal foi colocada à disposição nesta clínica pela pesquisadora, exclusivamente para fins desta pesquisa. Cláudio e Maria foram atendidos em consultório particular.

Além dos casais brevemente apresentados aqui, também consideramos como participante desta pesquisa a psicoterapeuta, cuja formação em Psicologia terminou há mais de dez anos, período a partir do qual tem sido exercida a atividade de psicoterapia, sem interrupções, à luz dos princípios da ACP. O atendimento de casais e famílias foi iniciado há mais de seis anos, primeiramente em instituição pública, sendo seguido também na prática privada. Foram realizados cursos de formação, bem como grupos de estudo na ACP desde 1984, assim como também houve a participação em curso de psicoterapia familiar com duração de dois anos.

Material de Estudo

O material de estudo que utilizamos foi produzido por todos os participantes: os casais e a terapeuta e tiveram todos a forma final de material escrito. A psicoterapeuta produziu dois tipos de registro:

- 1- Versões de Sentido (VSs) e
- 2- Anotações Complementares (ACs).

Por anotações complementares nomeamos uma redação simples de dados importantes da sessão. Eventos e movimentos produzidos por todos os participantes (casais e psicoterapeuta), como, por exemplo: falas, posturas, dados objetivos, históricos etc. Este registro composto em grande parte de três a cinco frases não tinha o objetivo de transcrição da sessão, nem tampouco de relato exaustivo da mesma. Mas, sim, uma anotação de elementos que pudessem vir a facilitar a compreensão das VSs e que eram escritas somente após a redação das VSs pela terapeuta.

O material produzido pelos casais era originalmente um texto ou uma gravação. Para aqueles que gravaram suas VSs em audiotape, a terapeuta acionava o gravador para o cônjuge que primeiro se sentisse pronto a gravar. Como estas gravações foram transcritas posteriormente, o material de estudo dos casais também foi ao final um registro escrito.

Procedimento

A psicoterapia

O contrato de trabalho psicoterápico que estabelecemos com eles deu-se de forma igual para os quatro casais, independente do local de atendimento. Esse contrato foi estabelecido na primeira sessão e baseou-se na combinação mútua de aspectos práticos viabilizadores do atendimento, bem como nas condições de operacionalização deste estudo.

Todos os casais forneceram-nos uma autorização para a realização da pesquisa, por escrito.

Com relação aos aspectos concernentes à condução da psicoterapia, estabelecemos:

Frequência: As sessões seriam semanais.

Duração: As sessões teriam a duração prevista de oitenta minutos, e seriam mais curtas apenas se houvesse atraso da parte deles.

Para o processo como um todo não foi fixado tempo de duração, por não ser esta nossa forma de trabalho, mesmo que em condições de pesquisa. Assim sendo, obtivemos quatro processos psicoterápicos com durações diferentes, e um deles analisado para este estudo antes de ter sido finalizado (casal Romeu e Antonia).

Duração dos processos:

Casal Pedro e Lurdes	= 12 sessões
Casal Cláudio e Maria	= 21 sessões
Casal João e Doroti	= 23 sessões
Casal Romeu e Antônia	= 17 sessões

Presença: Nós não fixamos que a psicoterapia só ocorreria com a presença dos dois membros do casal, assim como não fixamos que nos dispúnhamos a realizar sessões individuais. Era nosso entendimento que as sessões seriam de casal e que, acaso um dos membros não comparecesse, esta seria uma questão a ser discutida com o membro presente, já na sessão, e com o membro ausente na sessão seguinte. Compreendíamos que o importante era trabalhar o significado desta ausência de um membro e presença do outro.

Faltas: Combinamos com os casais que as faltas, desde que não sendo duas em seguida e sem aviso, seriam possíveis. Todas as faltas dadas por todos os casais foram avisadas com antecedência. E quando ocorreram duas faltas seguidas, isso se deveu a uma falta avisada e a um impedimento de se realizar a próxima sessão na seqüência (como, por exemplo, em casos de feriados ou férias da clínica).

Sigilo: A questão do sigilo foi apresentada não apenas em relação às especificidades de um atendimento psicológico realizado dentro de preceitos éticos, mas também em relação ao material produzido para a pesquisa.

Nestes atendimentos tivemos por objetivo o estabelecimento de um espaço, no qual fosse possível ampliar a saúde emocional dos membros do casal. Nossa intenção era, como bem a expressou Rosemberg:

“que duas pessoas se descubram, percebam o que querem e, se possível, aprendam a se relacionar, a esclarecer e comunicar suas expectativas encontrando uma forma de resolver conflitos que satisfaça a ambos” (1986, p.13).

Conduzíamos as sessões de psicoterapia, de forma a responder àquilo que era manifestado pelos clientes, quer fossem aspectos conjugais, quer fossem aspectos individuais. A resposta a estes aspectos não era feita de forma exclusiva, isto é, não atendíamos ao esposo diante de sua esposa e nem à esposa diante de seu esposo. Nem tampouco enfocávamos exclusivamente a relação sem escutar ao que nos era falado de forma individual. Tentávamos compreender os clientes diante da relação que compunham, assim como suas relações eram compreendidas como provenientes das pessoas em que se constituíam.

Em alguns momentos respondíamos a um, ou ao outro, mas também respondíamos ao conjunto dos dois. Utilizávamos um enfoque teórico no qual nossa preocupação se dirigia ao estabelecimento de uma relação psicoterápica facilitadora — da exposição de ambos os cônjuges e de seus conflitos — e possibilitadora de auto e heteroconhecimento.

A relação terapêutica que estabelecemos era permeada pelas atitudes do terapeuta, delineadas como necessárias e suficientes por Rogers. Aceitação incondicional, congruência e empatia compunham conjuntamente a forma da disponibilidade terapêutica.

Compreendemos estas três atitudes como partes de um todo, separadas apenas didaticamente, mas colocadas em ação conjuntamente. Entretanto,

tivemos a intenção de destacar uma delas, a fim de melhor explicitarmos a forma como a utilizamos. Acreditamos ser a empatia o elemento fundamental na constituição de uma relação intersubjetiva e destacamos a empatia por ser a base da compreensão de nosso tipo de resposta terapêutica.

A empatia era para nós compreendida como sendo a possibilidade de nos colocarmos no lugar do cliente, como se fôssemos ele, sem nos esquecermos do "como se fôssemos", uma forma de lhes demonstrarmos compreensão pelo que haviam verbalizado, uma forma de possibilitar-lhes sentirem-se em comunicação, e também uma maneira de lhes demonstrarmos calor humano.

No entanto, nossa resposta empática era fornecida de forma que se constituiu em mais do que um espelhamento do experienciar dos clientes. Percebíamos que nossa fala empática acabava por intervir na fala dos clientes de modo a lhes possibilitar representar na consciência mais do que apenas a experiência vivenciada, e sim maior simbolização desta, não se constituindo assim num reflexo de sentimentos.

Bozarth (1984) apontou-nos que a empatia tem sido freqüentemente confundida com uma resposta reflexiva, até porque Rogers manifestava sua compreensão empática por meio de respostas verbais reflexivas, o que facilitou que se compreendesse empatia desse modo e até que se desprezassem outras formas de demonstração empática que eram também fornecidas por Rogers, como por exemplo: auto-expressões e respostas intuitivas.

Nossa forma de resposta empática identifica-se com a resposta nomeada por Bowen (1987) de "impressões integrativas". Para esta autora, no desenvolvimento da empatia os terapeutas deveriam ser capazes de bloquear as repressões dos seus pensamentos conscientes, de modo a extrair de dentro deles uma energia que se manifestaria por sonhos, intuições, visões, metáforas, idéias súbitas, fantasias etc. Desta fonte de energia é que surgiriam as "impressões integrativas" que Bowen considerava permitir ao terapeuta e ao cliente.

"perceber as coisas de um novo prisma, ordenando experiências fragmentadas em novos modelos que nos orientam para um nível mais alto de coerência e simplicidade" (p.62).

Compreendíamos que nossa resposta terapêutica aos clientes não se resumia a uma fala acerca da "verdade" sobre eles, mas, sim, que se constituía numa fala simbolizante das experiências relatadas e/ou vivenciadas, e simbolizantes também da compreensão obtida pela terapeuta. Esta fala, ao ser emitida, pressupunha uma empatia, e só por meio dela é que poderia ser falada.

A produção do material de estudo

As VSs foram solicitadas ao final de cada sessão, nos últimos cinco minutos. Pedimos a cada um que nos falasse ou que escrevesse qual havia sido para ele/ela o sentido daquele encontro/sessão.

Os relatos produzidos foram escritos ou gravados em audiotape. Os casais Cláudio e Maria, e Pedro e Lurdes escreveram suas VSs, enquanto os casais João e Doroti e Romeu e Antônia gravaram.

A forma de registro — escrita ou gravada — foi escolhida pelos casais, uma vez que foram as duas únicas formas propostas.

As VSs do casal João e Doroti foram obtidas em princípio via audiotape, porque ambos preferiram gravar ao invés de escrever, mesmo Doroti tendo se colocado à vontade para redigir, o que não foi o caso dele.

Durante as quatro primeiras sessões, percebemos que o segundo a gravar (particularmente Doroti, na 1ª, 2ª e 4ª sessões) expressava idéias muito parecidas com as verbalizadas por João. Então sugerimos a ela que passasse a escrever suas VSs, uma vez que ela não tinha se indisposto para o uso da escrita. Doroti redigiu então suas VSs, mas apenas da 5ª à 8ª sessão. Ela recusou-se a continuar a escrever e solicitou o retorno da gravação, o que lhe foi permitido, porque nesse momento do processo (8ª sessão) já delineávamos a compreensão de uma postura "submissa" de Doroti que ocorria também no decorrer da sessão, sob a forma de um discurso responsivo, do tipo que apontava onde. Esta constatação liberou-nos a retomar as gravações das VSs de Doroti, entendendo que a sensação de "cópia" que havíamos tido era decorrente da postura de "submissão" que mencionamos acima.

Quando Doroti escrevia suas VSs, ela o fazia antes que João gravasse a sua. Quando ambos gravavam as VSs iniciava-se pelo cônjuge que se dispusesse a começar. Isto também ocorreu com o casal Romeu e Antônia, que gravou todas as suas VSs.

As VSs da psicoterapeuta foram escritas ao final da sessão, logo após a saída do casal da sala de atendimento. E somente ao final desta redação é que se redigiram as ACs.

O texto escrito das VSs sofreu apenas correção ortográfica, e o texto proveniente das gravações foi transcrito e pontuado de acordo com as pausas próprias da fala na gravação.

Análise do Material de Estudo

A análise do material produzido foi realizada com cada casal em separado. Somente após a análise de todo um processo psicoterápico de um casal é que iniciávamos a análise do processo do outro casal. Analisamos na seqüência o material do casal Pedro e Lurdes, depois do casal Cláudio e Maria e em seguida o processo do casal João e Doroti. Ao final da análise do processo psicoterápico deste casal, iniciamos a análise do casal Romeu e Antônia, que se constituiu no único processo analisado sem que o mesmo já tivesse sido finalizado.

De posse do material de estudo - VSs e ACs por escrito — percorremos os seguintes passos:

1^o – Diante das VSs originais de cada participante (cônjuges e terapeuta) para cada sessão, anexamos as ACs da mesma sessão. Nossa intenção foi a de colocar a AC da sessão, para que seus dados pudessem ajudar numa possível melhor elucidação das VSs daquela sessão, quando necessário.

Pudemos perceber que algumas destas ACs não se encontravam diretamente ligadas (ou não ajudavam diretamente) à compreensão das VSs, mas foram anexadas por terem sido as únicas produzidas para aquela sessão, e por conterem, sem dúvida, elementos da sessão.

2^o – Neste passo, procedemos à inserção, entre colchetes, de palavras destinadas a melhor explicitar o conteúdo significativo da VS. Consideramos importante frisar que este passo não se constituiu em uma supressão de qualquer palavra da VS, mas, sim, num acréscimo.

Ao final deste passo, obtivemos em uma mesma folha a redação das VSs dos dois cônjuges e a VS da psicoterapeuta, complementadas quando necessário, e seguidas da redação das ACs.

3^o – Realizamos uma leitura de todo o texto descrito acima, contendo as VSs dos três participantes do estudo para todas as sessões realizadas. Com esta leitura pudemos obter uma compreensão global da vivência destes sujeitos, com a qual partimos para o próximo passo.

4^o – Realizamos uma análise sessão a sessão, envolvendo o casal e a terapeuta, que teve por motivação a compreensão do entrelaçamento de suas vivências. Na redação destas análises, utilizamos, como vinhetas ilustrativas, frases das VSs que expressavam melhor o conteúdo comum aos três sujeitos.

Este primeiro momento de análise foi realizado em interlocução. Recorremos a um parceiro de pesquisa que nos ajudou na compreensão do entrelaçamento das vivências dos três participantes (os cônjuges e a psicoterapeuta).

A pesquisadora de posse destas análises (passo 4) encontrava-se com o parceiro de pesquisa para uma inter-locação das mesmas. O parceiro lia as VSs dos três sujeitos para cada sessão e dizia à pesquisadora o que ele havia percebido como sendo o vivido daquela sessão a partir das VSs lidas. Estas percepções em muitos momentos foram similares às da pesquisadora, mas também em muitos momentos acrescentavam-lhe novos aspectos que percebíamos serem redescobertos, porque relembrados do material da sessão. Em muitos momentos desta análise conjunta a pesquisadora, valendo-se da escuta de seu parceiro, percebia que a leitura das VSs por um “estranho” à sessão fornecia-lhe um retrato da sessão que ela havia vivenciado enquanto psicoterapeuta. Como nos ressaltou o próprio criador do instrumento de Versões de Sentido e nosso parceiro de pesquisa:

“O contexto ideal para sua ‘interpretação’ (compreensão do sentido que ela transporta) é o de uma interlocução onde ela e seu autor se fazem presentes. É nessa nova interlocução que se reedita o sentido, mesmo quando implicando novas falas mais explícitas” (Amatuzzi, 1996b, p.22 e 23).

Com a realização destes passos, obtivemos uma redação da análise do processo psicoterápico sessão a sessão — recheada por ilustrações de falas do sujeito.

5^o – Este passo constituiu-se na leitura e destaque das frases das VSs não utilizadas na análise anterior. Percebemos que estas frases, se analisadas, permitir-nos-iam obter mais nuances do processo, obedecendo, assim, ao critério de completude, que segundo Mucchielli (1991) constituir-se-ia em um dos critérios de validação dos métodos qualitativos, com o objetivo de uma apresentação dos resultados de forma coerente e com sentido a fim de que se obtivesse uma compreensão global do fenômeno.

Na exploração destas frases não utilizadas anteriormente, percebemos que algumas delas apenas complementavam a idéia da frase já utilizada, enquanto outras nos forneciam ou novas nuances do processo ou enfatizavam a visão já obtida.

A este passo demos o nome de Segundo Momento da Análise e o apresentamos de forma a mostrar todas as frases não utilizadas: as que apenas complementavam a idéia anterior, citadas como exemplos, e as que nos forneciam novos enfoques, precedidas ou seguidas daquilo que considerávamos ter sido explorado por seus conteúdos.

6^a – De posse destes dois momentos de análise redigimos nossa visão “final” sobre o processo psicoterápico de cada casal com a terapeuta.

7^a – Procedemos à discussão e conclusão acerca de uma visão global do processo psicoterápico destes quatro casais, bem como a conclusão acerca da viabilidade do uso de VSs em pesquisas de processo psicoterápico.

Resultados

Antes que pudéssemos dizer daquilo que compreendíamos destes quatro processos psicoterápicos, pareceu-nos importante iniciar nossas conclusões finais acerca do método utilizado como acesso ao processo psicoterápico, uma vez que este caracterizou nossa pesquisa, como portadora de uma metodologia diferente das que têm sido usadas em pesquisas de processo psicoterápico (Henry, Strupp & Schacht, 1990; Garfield, 1990 e Hill e Corbett, 1993, entre outros) e o qual também nos permitiu obter resultados que delinearam uma concepção de processo psicoterápico sem que precisássemos uniformizá-los para todos os casais.

Acerca Das Versões De Sentido

Pelas explicações fornecidas na descrição de nosso método acerca do que constituiria uma VS, ficou evidente para nós que o material que estávamos usando para entender o processo psicoterápico traduzia o que era esse processo, uma vez que percebíamos que os clientes, gravando ou escrevendo suas VSs, pareciam nos demonstrar estarem ainda na sessão, falando à terapeuta aquilo que haviam elaborado ou o novo que vinha surgindo, ou, em alguns momentos, respondendo ao que o cônjuge dissera na sessão. Isso nos fez concluir que as VSs foram incorporadas à sessão de terapia. E essas VSs, assim como os próprios processos, foram diferentes para cada casal e para cada pessoa.

A VS até hoje vinha sendo utilizada, isto é, escrita no âmbito da Psicologia Clínica, apenas pelos psicoterapeutas. Estes a redigiam ao final da sessão e depois, por meio da leitura de uma seqüência delas, podiam obter uma

descrição do processo psicoterápico vivido. Estes psicólogos também podiam levar estas VSs para suas supervisões e, assim, valendo-se da leitura de seus conteúdos e da reflexão conseqüente, irem apreendendo seu estilo de ser terapeuta, assim também como apreendendo aspectos da sessão e do cliente.

Isto se constituía no que estamos chamando de um trabalho com VSs em interlocução. AmatuZZi em seus textos (1991, 1996a) mostrou-nos esse “poder” da VS em resgatar o vivido, com toda a sua intensidade, de forma que na interlocução da VS (do autor com outra pessoa) relembriaria e revivenciaria aspectos e sentidos da sessão.

Em nosso estudo ampliamos o uso das VSs para os clientes. E com eles não exercitamos o momento de interlocução, isto é, não se dialogou com os clientes acerca do conteúdo expresso em suas VSs: não houve da parte deles nenhum pedido para isto e também esse não era o nosso objetivo. Nossa intenção era apenas saber qual havia sido para eles o sentido da experiência de estar em uma sessão de Psicoterapia Conjugal e não dialogar com eles acerca deste sentido. Acreditamos, assim, que este potencial da VS não foi utilizado neste estudo, e assim não poderíamos afirmar que a redação da VS ou sua gravação tenham propiciado uma mudança nos clientes, como se percebeu ocorrer com os psicoterapeutas que escreviam suas VSs, liam-nas para um outro, com quem mantinham um “diálogo” acerca de toda a vivência despertada pelo conteúdo da VS. Mas ficou-nos a impressão de que a escrita ou gravação da VS, uma vez que foi incorporada à sessão, propiciou ou deixou de propiciar as mesmas mobilizações que propiciavam as vivências da própria sessão.

Já com relação às VSs da psicoterapeuta, ocorreram momentos de uma interlocução. A terapeuta, como já dissemos, lia suas VSs e as dos clientes com um parceiro de pesquisa de forma a clarear, ou ampliar, ou referendar o movimento registrado nas sessões. Quer dizer, a interlocução aqui se referia a uma leitura das três VSs (cônjuges e psicoterapeuta) e não especificamente à da terapeuta, como nos casos de supervisão, porque também não era nosso objetivo dizer da terapeuta neste processo e sim descrever o processo tomando-se por base os seus três participantes.

Em nossa prática clínica constatamos que, enquanto psicoterapeutas, podemos perceber aquilo que o cliente usufruiu da sessão apenas quando ele nos fala diretamente (o que nem sempre é freqüente), ou nos demonstra indiretamente, ou então quando olhamos de “fora” para um período de tempo de psicoterapia. Enquanto vivenciávamos a sessão com os clientes, estávamos percebendo-os no aqui-agora, localizados em suas histórias. Entretanto, alcançamos com o uso da VS a reflexão feita pelo cliente no presente. Pudemos ter

acesso aos caminhos percorridos pelos clientes, saber por onde eles estavam “andando” durante as sessões.

Constatamos também que o estilo de fala/escrita que o cliente mantinha na sessão era reproduzido em sua VS. Um exemplo disto pareceu-nos serem as VSs de Antônia e as de Doroti. Esta mantinha na sessão um discurso de tipo responsivo e apresentava o mesmo em suas VSs. Antônia era sempre muito sintética em suas falas no decorrer da sessão e o mesmo se reproduziu nas VSs.

Ficou-nos evidente que, independente do estilo de escrita — por provérbios, no caso de Lurdes; por itens, no caso de Maria ou por citações, no caso de Cláudio — as falas expressas puderam ser compreendidas, enquanto no contexto geral do relato, indicadoras de uma vivência.

Pudemos perceber também que as VSs constituíram-se numa resposta até porque disparadas por uma pergunta. E como toda resposta tem um destinatário, elas foram também emitidas de forma dirigida a um destinatário. Concluímos que isto não influenciou na viabilidade do uso da VS, mas refletiu a riqueza de sua experiência. As VSs eram em muitos momentos uma resposta que o cliente dava a si próprio — as VSs de Cláudio explicitavam bem isso: às vezes ele se autoquestionava, às vezes citava uma letra de música que exemplificava aquilo que percebia de si. As VSs de Maria, segundo seus itens, nos mostravam que ela “programava” aspectos a serem trabalhados em uma próxima sessão.

As VSs também foram usadas para responder ao cônjuge. Isto ficou mais evidente com o casal João e Doroti, mas também ocorreu com o casal Pedro e Lurdes. E as VSs também eram emitidas para a psicoterapeuta, “apenas” para responder a ela, que com eles questionava acerca do sentido daquela sessão.

Acreditamos que estas falas, mesmo que dirigidas a outrem, eram sempre autodirigidas. Amatuzzi (1989), citando Buber, enfatizou esta nossa percepção:

“Quando falo a alguém, ouço sua resposta, posiciono-me face a ela, gerando outra resposta, e assim por diante. É só no dinamismo dessa seqüência que me encontro em ato comigo mesmo, que estou sendo e também me conhecendo” (p.43).

Ainda acerca do estilo de escrita da VS e de seu destinatário, consideramos aqui as VSs da terapeuta. Percebemos que seu estilo de escrita se assemelhava a um retratar da sessão. Em muitos momentos, quando da leitura das VSs

dos cônjuges e da leitura das VSs da psicoterapeuta, percebíamos que a fala desta última nos traduzia acerca de que conteúdo se referiam as VSs dos cônjuges. O foco destas VSs concentrou-se no processo do casal, ou em um dos cônjuges e em poucos momentos voltou-se para sua própria atuação ou sua autopercepção. Consideramos que isto foi decorrente de uma concepção de papel de psicoterapeuta: alguém voltado ao outro no decorrer do processo, preocupado com a facilitação da psicoterapia. Isto também ficou evidente para nós ao percebermos que, pela leitura da VS da psicoterapeuta, esta não se dava conta do que o casal estava apreendendo, porque sua preocupação não estava voltada para isso (de forma direta), mas, sim, em facilitar que o casal continuasse a apreender suas vivências.

Em contrapartida, percebemos que a psicoterapeuta em alguns momentos registrou em sua VS algo que poderia ser definido como uma percepção “adiantada”, isto é, ela registrou algo que só muito mais tarde foi delineado e aprofundado no processo.

Quanto ao destinatário de suas VSs, percebíamos que estas foram escritas ainda em diálogo com os casais ou dirigidas para si mesmo, como se dizendo daquilo que percebia neles.

Com relação à gravação das VSs, pareceu-nos ser importante acrescentar que não havia “cópia” da VS de um para com o outro. Embora um deles pudesse dizer “Ah, para mim foi o mesmo que para ela.” Acabava por complementar a frase com o seu sentido. Também encontramos a ausência desta “cópia” entre a VS da psicoterapeuta e do casal. Foi interessante perceber que havia mais proximidade de conteúdo entre as VSs da psicoterapeuta e a do casal — quando escritas — do que com as VSs gravadas. A terapeuta não copiou a VS do casal, como se poderia pressupor no caso de gravação. Mas falou de temas próximos ao do casal, no caso da escrita, isto é, a forma de registro não interferiu. A proximidade de conteúdo nos pareceu ser um reflexo da “proximidade” entre os três, vale dizer da troca intersubjetiva.

As VSs também puderam dizer do processo psicoterápico de cada casal, quando olhadas conjuntamente. Pareceu-nos que as VSs dos três participantes (cônjuges e psicoterapeuta) em cada processo iluminavam-se mutuamente, possibilitando-nos, com as três em paralelo, captar o denominador comum ou a essência do movimento do processo para além das particularidades de cada um.

Este denominador comum não foi um resumo das três VSs, mas constituiu-se no ponto de cruzamento que nos mostrou a essência do movimento psicoterápico.

Em suma, foi-nos possível trabalhar com VSs tanto escritas quanto gravadas, contendo diferentes estilos de fala/escrita e destinadas a quem quer que fosse.

Cabe-nos ainda ressaltar aqui que não era nossa pretensão neste estudo fazer uma “validação” das VSs enquanto “instrumento” de acesso ao processo psicoterápico, mas simplesmente explorar suas possibilidades para uma caracterização do processo. Nesse sentido, a VS mostrou-se um “instrumento” bastante rico e econômico, um “instrumento” de mais fácil e mais rápido acesso na exploração dos processos psicoterápicos.

Comparando a VS com outros instrumentos de acesso ao processo psicoterápico — gravações de sessões, uso de questionários — pareceu-nos que a resposta a uma pergunta de questionário, bem como o conteúdo de gravação de uma sessão, mesmo em se tratando também de material produzido pelos próprios clientes, apenas **registrariam** o processo psicoterápico, enquanto as VSs pareceram-nos fazer “**brotar**” o processo. A VS, constituindo-se num instrumento portador de uma fala significativa carregada de sentimentos ainda existentes no indivíduo, quando de seu registro, puderam nos fornecer elementos da ordem da significância dada pelo próprio cliente, diferente de uma gravação ou questionário que seria interpretado (ressignificado) por uma outra pessoa que não o cliente.

Uma outra forma que percebemos ser propiciadora de uma “validade” para as VSs relacionou-se ao fato de ela permitir a um estranho ao processo sua visualização.

Pedimos a alguns colegas que lessem o material das VSs e nos dissessem o que percebiam. “Surpreendemo-nos” ao constatar que pessoas “estranhas” aos processos psicoterápicos estudados podiam captar-lhe seu movimento e resgatar também aspectos, colocações, hipóteses semelhantes aos obtidos pela terapeuta, mesmo que não literalmente registrados nas VSs. Lembramos aqui uma frase de Amatuzzi (1989) que parece explicitar nossa percepção:

“Um resultado em nível de expressão acabada não é a dedução de uma vivência, mas transporta a própria vivência para outro estágio existencial, representando isso uma mutação e não apenas uma decorrência” (p.194).

Por fim, gostaríamos de registrar algo que pode ter sido decorrente de nossa preferência, mas que, sem dúvida, foi também originário do trabalho com as VSs. Consideramos que a forma escrita de registro de VSs nos pareceu mais adequada ao que se propunha a VS: ser uma reflexão. Acreditamos que, pelo

fato de a escrita constituir-se num momento solitário em que se busca qual a melhor palavra a ser escrita, e por não ter alguém “aguardando” a resposta, acaba por propiciar um refletir antes do automatismo da escrita, ao passo que a gravação pareceu-nos ter constituído uma fala fornecida mais “rapidamente”, isto é, com menor reflexão.

Acerca Dos Processos Psicoterápicos

Um processo psicoterápico pode ser estudado partindo-se de seus detalhes ou entendendo-se o seu todo. Em nosso estudo escolhemos a segunda opção, não adentramos os detalhes e implicações de cada sessão, de cada fala, mas sim o seu sentido global, obtido mediante a seqüência das VSs, visando mais à descrição de um movimento que à delimitação de fases.

Constatamos também que, mesmo usando uma forma de acesso ao processo, que nos pareceu ser a forma mais próxima de atingi-lo, acabou esta também por não poder “cobri-lo” completamente, faltando o registro do “tom das vozes, o brilho do olhar, as expressões faciais e corporais, as risadas, os sorrisos e as lágrimas” (Ancona-Lopez, 1996, p.131). Não poderíamos deixar de levar em consideração o fato de que nenhuma forma de registro de uma sessão poderia ser completa, nenhum acesso ao processo psicoterápico seria plenamente completo. E foi a partir desta constatação que finalizamos nossas conclusões: não houve a possibilidade de esgotar toda a “verdade” de uma psicoterapia, não há a possibilidade de dizer toda a “verdade” do humano.

Pontuamos aqui, de forma sucinta, as conclusões que obtivemos em nosso estudo:

1 – Oferecemos a estes quatro casais um espaço que se mostrou terapêutico, porque lhes possibilitou rever suas relações e transformá-las, sem que fossem diretamente conduzidos a isto. Foi um espaço objetivado como “conjugal”, mas que pôde ser aproveitado de forma familiar e individual.

2 – Dentro desta forma de atendimento, constatamos que o caminho trilhado pelos casais, em seus processos psicoterápicos, mostrou-se coerente com o objetivo que tinham para a psicoterapia. Os quatro casais, mesmo os que se centraram nos papéis de pais, acabaram por trabalhar questões conjugais.

3 – Os quatro casais partiram de um ponto, no qual suas relações se mostravam rigidamente estruturadas, e chegaram a um ponto em que estas relações se mostraram mais fluidas.

4 – Os quatro processos psicoterápicos foram permeados por um fluxo linear de aprofundamento das experiências, permitindo-nos constatar que a vivência de uma sessão se encadeou à vivência da outra, sendo os meandros deste aprofundamento diferentes para os casais centrados na questão conjugal e para os que focalizaram mais seus papéis de pais.

Para todos os casais, o processo se iniciou por um desnudamento que fizeram de suas relações diante da terapeuta, o que consideramos ter sido o âmago do primeiro momento de seus processos — a tomada de consciência da relação que mantinham.

4.1 – Para os casais que se ativeram com mais intensidade às questões conjugais constatamos que o segundo momento de seus processos foi marcado por uma exploração de aspectos individuais pertinentes à relação.

O terceiro momento consideramos ter sido o defrontar-se com medos e angústias diante do cônjuge, o que conduziu a um quarto momento que se mostrou em um casal pela concretização de uma separação e, no outro, pela melhor convivência.

Para ambos os casais, este quarto momento delineou maior auto e heteroconhecimento.

4.2 – Para os casais que focalizaram mais a questão de serem pais, constatamos que o segundo momento de seus processos se constituiu numa mudança de percepção acerca de seus filhos e na percepção da interligação entre todos eles. Este momento foi possibilitador de uma tranquilização enquanto pais, que os conduziu num terceiro momento a uma exploração de questões conjugais. Consideramos que o quarto momento do processo destes casais se concretizou no estabelecimento de relações mais fluidas com seus filhos.

5 – Constatamos também estarem estes casais “alinhados” às atuais concepções de configurações familiares. Eram representantes de variados e possíveis modelos de famílias pós-modernas. Mantinham segundos casamentos, casamentos com o marido sendo o único provedor financeiro da casa e casamentos no qual a esposa tinha rendimentos maiores que o marido.

Também nos demonstraram terem se unido e manterem casamentos nos quais a palavra Amor era pouco usada, aparentando serem casais societários, característica esta para onde apontaram recentes pesquisas acerca dos sentimentos envolvidos nos casamentos atuais.

Trechos de VSs dos cônjuges:

*EU VIM PARA AJUDAR MEU
FILHO, E DESCOBRI QUE POSSO
SER AJUDADA TAMBÉM.*

*CONVERSAMOS ALGUMA COISA
SOBRE MARIDO E MULHER, EXISTE
ALGUMA COISA QUE PODE
SER MUDADA.*

ME COLOCARAM DE JUIZ.

*O TEMPO ME É PRECIOSO,
QUERO RESOLVER E SER FELIZ
AGORA.*

*JOGANDO FORA AQUILO QUE
DENTRO DE CASA A GENTE
NÃO CONSEGUE FAZER.*

*SÓ QUE EU FALO DUM JEITO,
ELA QUER DO OUTRO E NÃO DÁ
CERTO ... É ISSO AÍ.*

*O QUE EU SENTI FOI UM ALÍVIO,
CONVERSANDO A GENTE
VAI MELHORANDO.*

Referências Bibliográficas

- ALVES, V. (1997). *Atendimento de Casais: Descrevendo Processos*. Dissertação de Mestrado. PUCAMP.
- AMATUZZI, M. M. (1989). *O Resgate da Fala Autêntica*. Campinas, Papirus.
- _____ et al. (1991). O Sentido que faz Sentido: Uma Pesquisa Fenomenológica no Processo Terapêutico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 7(1): 1-12.
- _____ (1996a). O uso da Versão de Sentido na Formação e Pesquisa em Psicologia. In CARVALHO, R. M. L. L. *Repensando a Formação do Psicólogo: Da Informação à Descoberta*. Coletâneas da ANPEPP, 1(9): 11 - 24.
- _____ (1996b). Apontamentos Acerca da Pesquisa Fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, Campinas.
- _____ (1996c). Símbolo, Discurso e Diálogo Psicológico. Campinas (mimeografado).
- ANCONA-LOPEZ, S. (1996). *A Porta de Entrada: Da Entrevista de Tiragem à Consulta Psicológica*. Tese de Doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BOZARTH, J. D. Beyond Reflection: Emergent Modes of Empathy. In LEVANT, R. & SHLIEN, J. (1984 - Eds). *Client-Centered Therapy and the Person-Centered Approach: New Directions in Therapy, Research and Practice*. New York, Praeger.
- BOWEN, M. C. V. B. (1987). Psicoterapia: O Processo, O Terapeuta, a Aprendizagem. In SANTOS, A. M. et al. *Quando fala o coração*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ELLIOTT, R. (1983). "That in your Hands". A comprehensive Process Analysis of a significant Event in Psychotherapy. *Psychiatry*, 46:113-129.
- FERREIRA, A. B. H. (1994). *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. São Paulo, Folha de São Paulo e Nova Fronteira, outubro/94 a fevereiro/95.
- FORGHIERI, Y. C. (1993). *Psicologia Fenomenológica. Fundamentos, Método e Pesquisas*. São Paulo, Pioneira.
- FRIEDLANDER, M. (1992). Psychotherapeutic Process: About the Art, About the Science. *Journal of Counseling and Development*, 70: 740 - 741.
- GARFIELD, S. (1990). Issues and Methods in Psychotherapy Process - 280.
- GIORGI, A. (1985). Sketch of a Psychological Phenomenological Method. In _____ *Phenomenology and Psychological Research*. Pittsburg, Duquesne University Press.
- HENRY, W., STRUPP, H. & SCHATCH, T. (1990). Patient and Therapist Introject Interpersonal Process, and Differential Psychotherapy Outcome. *Journal of Counseling and Clinical Psychology*, 58(6): 768 - 774.
- HEPPNER, P., HEDGESPETH, J. & ROSENBERG, J. (1992). Three Methods in Measuring the Therapeutic Process: Clients' and Counselors' Constructions of the Therapeutic Process Versus Actual Therapeutic Events. *Journal of Counseling Psychology*, 39(1): 20 - 31.
- HILL, C. (1990). Exploratory In - Session Process Research in Individual Psychotherapy: A Review. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 58(3): 288 - 294.
- _____ & CORBETT, M. (1993). A Perspective on the History of Process and Outcome Research in Counseling Psychology. *Journal of Counseling Psychology*, 40(1): 3 - 24.
- JOHNSON, S. M. & GREENBERG, L. S. (1988). Relating Process to Outcome in Marital Therapy. *Journal of Marital and Family Therapy*, 14(2):175 - 183.
- MARTINS, J & BICUDO, M. A. V. (1989). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia. Fundamentos e Recursos Básicos*. São Paulo, Editora Moraes.
- MOON, S., DILLON, D. & SPRENKLE, D. (1990). Family and qualitative Research. *Journal of Marital and Family Therapy*, 16: 357 - 373.
- ROSENBERG, R. (1986). O Casamento não é mais Aquele. *Viver. Revista de Psicologia*, 2(16): 11 - 13.
- SHOHAM-SALOMON, V. (1990). Interrelating Research Process of Process Research. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 58(3): 295 - 303.
- SPIEGELBERG, H. (1972). *Phenomenology in Psychology and Psychiatry. A Historical Introduction*. Evanston: Northwestern University Press.
- STEVENSON, C. (1993). Combining Quantitative and Qualitative Methods in Evaluating a Course of Family Therapy. *Journal of Family Therapy*, 15: 205 - 224.
- WOOD, J.K. et al. (1994). *Abordagem Centrada na Pessoa*. Espírito Santo, Fundação Ceciliano Abel de Almeida.